

REVOLUÇÃO FEDERALISTA SOB PERSPECTIVA REGIONAL:

As invasões na fronteira oeste do Estado do Rio Grande do Sul.

FEDERALIST REVOLUTION UNDER REGIONAL PERSPECTIVE:

The invasions on the western border of the state of Rio Grande do Sul.

Taciane Neres Moro¹

Resumo: O presente artigo tem por objetivo elencar os conceitos de História, Região e Fronteira sob a perspectiva de uma análise regional do processo histórico que foi a Revolução Federalista (1893-1895), com a delimitação temática na região da fronteira oeste do Estado do Rio Grande do Sul, os municípios de São Borja, Itaqui e Uruguaiana. Desta forma, no primeiro momento, será discutido o conceito de região, e o que esse termo significa atualmente na historiografia, bem como, as relações de fronteira, e a complexidade que ela gera nas relações econômicas, políticas e sociais. Posteriormente, buscou-se entender como o conflito da Revolução Federalista se originou, quais foram as motivações políticas que culminaram na guerra, e como esse conflito se desenvolveu na fronteira oeste do Estado, utilizando-se como fonte primária os telegramas dos municípios referentes ao conflito.

Palavras-chave: Região; Fronteira; Revolução Federalista.

Abstract: The present paper aims to list the concepts of History, Region and Border under a regional analysis perspective of the historical process that was the Federalist Revolution (1893-1895), with the thematic delimitation in the western border region of the state of Rio Grande do Sul, the municipalities of São Borja, Itaqui and Uruguaiana. Thus, at first, the concept of region will be discussed, and what this term currently means in historiography, as well as the border relations, and the complexity that it generates in economic, political e social relations. Subsequently, was sought to understand how the Federalist Revolution conflict originated, what were the political motivations that culminated in the war, and how this conflict developed in the western border of the state, utilizing as primary source the municipalities telegrams related to the the conflict.

Keywords: Region; Frontier; Federalist Revolution.

Região e Fronteira

O conceito de região no campo da história trouxe uma importante contribuição para a história geral, pois ela é fundamental para diminuir as disparidades que ocorrem, por exemplo, na história global ou nacional onde, por vezes, as especificidades históricas, sociais e econômicas de algumas regiões acabam sendo negligenciadas. No entanto, o termo é carregado de complexidade quanto a discussão sobre o que define uma região no campo da história, o que provocou inúmeros equívocos entre os historiadores.

Segundo Carbonari (2009), inicialmente o termo região apareceu nas discussões teóricas a partir do século XIX dentro no campo da geografia, para atender as necessidades de compreensão da organização espacial de um recorte menor de uma área mais ampla. Posteriormente com a introdução dos fundamentos da geografia humana francesa, que incluía a ação do homem como um dos fatores que modificam a

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo. Bolsista CAPES PROSUC I. Email: tacianenmoro@hotmail.com

paisagem, a região deixou de ser apenas sinônimo de delimitação espacial para ser também uma “construcción histórica y se fundía em el paisaje” (CARBONARI, 2009, p. 21).

Para Van Young (1987, p. 257) a região em sua definição mais simples trata-se de um “espacio geográfico con una frontera que lo activa, la cual estaría determinada por el alcance efectivo de algún sistema cuyas partes interactúan más entre sí que con los sistemas externos”. No entanto, o termo na prática em relação a história sofreu com divergências na compreensão e diferenciação em relação ao regionalismo² e a história local³.

Grijalva (2002) elaborou uma importante discussão quanto ao método da história regional, onde é possível perceber o quanto o termo é utilizado de forma equivocada. Para o autor, muitos historiadores confundem a história regional com a história local “los historiadores rara vez distinguen entre historia regional y local, y la mayoría emplea al concepto “historia regional” como una forma conveniente de referirse a toda historia subnacional” (GRIJALVA, 2002, p. 872).

Grijava (2002), então compreende a região dentro da história como um conceito multivalente, o que torna uma proposta difícil tentar colocar o estudo de região em moldes ou regras pré-definidas. E não tendo uma sequência de fatores que pré-determinam o que caracteriza a história regional, conseqüentemente não há também uma metodologia propriamente destinada a ela.

Uma pesquisa que pretende adquirir caráter regional deve se levar em consideração a premissa de que não se trata de reduzir o limite espacial e desconsiderar as questões externas a esse espaço, mas de relacionar estas questões com as especificidades do local e perceber conseqüentemente, as suas divergências e

² Tau Golin (2002, apud. Oliven) descreve o regionalismo como uma reivindicação política de um grupo ligado ao território que se opõe aos mecanismos do Estado; Bourdieu (1998) considerou o regionalismo como uma luta simbólica de reivindicação de um grupo por uma identidade que é diretamente ligada ao seu território. Para Carbonari (2009, p. 22) o regionalismo disfarçado de região tinha como pretensão “utilizar politicamente estos fundamentos para reforçar sus autonomias localistas avasalladas por los Estados nacionales”.

³ A diferença entre história local e regional está no seu objetivo, a história local vem a ser a visão particular da história geral “debería ser considerada como una prueba de autenticidad vivificante de la historia general” (SABORIT, 2001, p. 191) e , Carbonari demonstra de forma efetiva a disparidade de ambos conceitos ao dizer que “La historiografía regional, tal como la configuran las fuentes, los métodos y las teorías, y debido sobre todo a la influencia francesa, se inclina más hacia el nivel explicativo general que hacia el comprensivo localizado. Así sus conclusiones acosfumbran a ser más generalizables y a la vez menos detalladas y profundas” (Ibd.: p. 172). Como ressalta Carbonari a “historia regional ya no pretende ser la comprobación de lo general” (CARBONARI, 2009, p. 32).

congruências. Ou seja, estabelecer a relação entre o nacional e o regional⁴, sendo assim, “la posibilidad del análisis regional rescatando la singularidade del objeto de estudio, sin perder de vista la totalidad del proceso histórico em el período estudiado. Se lograba, em otras palabras, establecer el difícil equilibrio entre lo “micro” y lo “macro” (BANDIERI, 2001, p. 95).

No entanto, Grijalva citando Noriega atenta para problemática de se estabelecer uma definição do que é história regional, quando se define a sua análise em um estudo da relação de um processo histórico, em uma sociedade, com o espaço e tempo em que ocorreu o fato, pois dessa maneira, não há um fator principal que diferencie a pesquisa como regional:

si yo excluyo el adjetivo regional, esta definición puede aplicar a cualquier cosa, si la incluyo no ganho nada, porque lo que interesa a la historia es la explicación de los fenómenos sociales y no el espacio (GRIJALVA, 2002, p. 878).

De acordo com o autor, o fator que dá o diferencial do estudo de região é o espaço, ou seja, um recorte territorial de um território mais amplo. No entanto, salientamos que não é o espaço que define a pesquisa, e sim a pesquisa que define o espaço. A “característica que determina, o califica, añadiría, a la porción del territorio, y es el que le da uniformidad ante la mirada del observador” (GRIJALVA, 2002, p. 879).

Arriola (2008, p. 188), ao propor uma definição histórica para o conceito de região também considera o espaço como fator determinante da análise regional, sendo as características espaciais não somente um recorte territorial, mas formado por diferentes fenômenos que dão a singularidade de uma sociedade regional como “son la etnicidad, la economía, la cultura, la lengua y un sentido de pertenencia (regionalismo)”.

Para Arriola existem três formas distintas de região na perspectiva historiográfica, sendo elas a temática, histórica e de conjuntura. A temática vem a ser inúmeros elementos que definem a regionalidade, como por exemplo, “lo étnico, lo económico, lo religioso” (ARRIOLA, 2008, p. 192). A Histórica trata-se de regiões que carregam a sua especificidade por estarem profundamente ligadas a raízes políticas que

⁴ Cabe destacar o exemplo que Bandieri traz em relação a história nacional e regional da Argentina, no qual, a visão nacional é voltada para a consolidação do Estado central, desconsiderando todo o aspecto complexo e histórico da região das áreas andinas do país “donde los limites internacionales no funcionaron necesariamente como tales para las comunidades involucradas, visualiándose la presencia de ámbitos fronterizos que funcionaron como verdaderos espacios sociales de larga duración. Esta realidad, evidenciada desde la investigación regional, obligada necesariamente a revisar una historia nacional construida “de espaldas” a la cordillera (BANDIERI, 2001, p. 92). A autora demonstrou como uma análise regional pode contribuir para o rompimento de uma história nacional homogênea e centralista.

deixam seguimentos no âmbito regional⁵. E a de conjuntura, são combinações de relações “intrarregionales e interregionales en el marco de una coyuntura histórica nacional⁶” (ARRIOLA, 2008, p. 198).

Logo, a região ou o estudo de uma região é definido pelo tema que o pesquisador pretende abordar, a partir daí é delimitado o espaço a ser contemplado o estudo. “En definitiva, la historia regional implica analizar la construcción de un territorio a través de sus actores sociales y de las dinámicas políticas, económicas y sociales que éstos producen en él” (ARRIOLA, 2008, p. 203).

Van Young (1987) sintetiza o que isso significa ao afirmar que regiões são hipóteses a demonstrar, sendo às análises regionais importantes para aliviar a tensão entre a “generalizacion y la particularizarón”, o que possibilita a verificação da singularidade e das estruturas próprias que a região possui em relação ao geral. Trazendo as presentes considerações, nos propomos a realizar um estudo regional sobre a Revolução Federalista, a região a ser abordada, trata-se da fronteira oeste do Estado do Rio Grande do Sul, os Municípios de Itaqui, São Borja e Uruguaiana. Esses municípios fazem fronteira com os países da Argentina e Uruguai e durante o século XIX e em especial nesse conflito, desenvolveu um papel estratégico no âmbito político, econômico e social para o Estado.

Conforme Reichel e Bandieri (2011), na região denominada de pampa, se estabeleceu uma fronteira entre dois impérios coloniais, formados a partir da colonização, juntamente com a relação do europeu com os povos originários, que desenvolveu novas formas de produção, dentre elas, a introdução do gado, e o favorecimento de uma rede fluvial que estabeleceu relações econômicas e sociais específicas daquela região.

Pois a fronteira, ao contrário do que se imagina não estabelece uma ruptura a partir de sua fixação, é neste sentido que Tau Golin (2002) salienta que a fronteira possui caráter de ambiguidade uma vez que:

⁵ O autor cita como exemplo as regiões da América Latina que surgem “a partir de polos urbanos que estructuran el espacio y definen las líneas económicas de fuerza durante la Colonia, tomando en cuenta que no necesariamente cumplen la misma función ni tienen el mismo rango. Sin embargo, cabe señalar que muchos de éstos tienen un antecedente prehispánico (éste sería el caso de ciudades como México, Mérida y Oaxaca)” (ARRIOLA, 2008, p. 193).

⁶ Por ejemplo, un fenómeno como la Revolución Mexicana, que se manifestó en la historia como una gran coyuntura⁴¹ —pero con claros antecedentes en el tiempo medio—, evidencia que ante el agotamiento del proyecto liberal, el Norte se comportó como una macrorregión, desde la cual se produjeron contestaciones específicas del Porfiriato a partir de lógicas regionales. De ahí que la tarea del historiador sea la de establecer las causas sociales, económicas y políticas que la provocaron y las consecuencias que produjo a nivel regional y nacional” (ARRIOLA, 2008, p. 198).

Os parâmetros dos movimentos históricos-sociais tiveram na fronteira o espaço político concreto, e antes de transparecer como o divisor de dois mundos, expressou-se como irradiador de significações humanas e sociais, de relações e acontecimentos cujas as consequências dinamizadoras envolveram milhares de indivíduos na flexibilidade de sua linha (TAU GOLIN, 2002, p. 25)

Consequentemente, a região platina estabeleceu o que Reichel e Bandieri colocam como uma fronteira de duplo significado, sendo a fronteira-linha, que basicamente define os limites territoriais, e a fronteira-zona “privilegiado pela sociedade platina, que promove intercâmbios e interações econômicas, sociais, políticas e culturais” (REICHEL; BANDIERI, 2011, p. 25).

A região que delimitamos a pesquisa, a fronteira oeste teve como características econômica subsidiária da criação de gado e da agricultura, mas também teve o desenvolvimento econômico de exportação e importação através do Rio Uruguai, o que trouxe para essa região relações estreitas com os países da Argentina e Uruguai, não somente na economia, mas também política e social.

Ronaldo Colvero (2004) em sua pesquisa sobre o desenvolvimento do comércio ilícito na fronteira oeste do Rio Grande do Sul, demonstra como o Rio Uruguai foi determinante para o crescimento dos municípios de Itaqui, São Borja e Uruguaiana. Conforme o autor, em Uruguaiana a partir de 1814 se iniciou o processo de concessões de terras, as chamadas sesmarias, isso devido a necessidade de povoar esse espaço recém conquistado pelos portugueses, a fim de firmar a conquista, que até então estava assegurada por postos militares⁷. Com a doação de extensos pedaços de terra deu-se origem na fronteira aos latifundiários “Portanto, a região, no período, tinha a sua economia voltada à pecuária, com grandes propriedades dedicando-se à criação de gado” (COLVERO, 2004, p. 30). Percebe-se que Itaqui e São Borja também estavam em sintonia com Uruguaiana no processo de povoação, pois, o município de Itaqui também já estava sendo povoado:

Em 1817, o alvará que criou a vila de São Luis de Leal Bragança, incluía Itaqui, Por volta de 1821, era apenas um povoado com alguns ranchos, onde posteriormente acampou o destacamento de 150 homens comandados por Fabiano Pires de Almeida, que veio até a região a fim de proteger o local contra possíveis invasões argentinas” (COLVERO, 2004, p. 68).

⁷ Sobre as primeiras povoações da fronteira Miranda evidencia “a fronteira ou País das Missões recebeu formação distinta, por ser zona de conquista recente a qual só pôde ser concretizada com convivência dos indígenas e continuava a ser pleiteada pelas autoridades espanholas. O plano de reorganização previa a criação de um corpo militar para a região [...] recorria-se o conhecido estratagema de povoar para a posse e o estabelecimento de bases para a defesa (MIRANDA, 2009, p. 120).

Segundo Colvero (2012), no ano de 1837 o pequeno povoado se torna uma freguesia a “Freguesia de São Pedro de Itaquy”, subordinada à Villa de São Francisco de Borja através da lei provincial nº15 pelo governador da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Para o autor, a importação e exportação através do rio se tornou a forma mais viável de movimentar o comércio da região, visto que, ainda não haviam estradas e os caminhos existentes eram precários (COLVERO, 2012). O desenvolvimento urbano da freguesia de Itaquy em torno do rio Uruguai era inevitável, esse processo ocasionou em um espaço singularizado e influenciado pelas relações fronteiriças, como podemos citar o desenvolvimento das cidades gêmeas “isso fica bastante evidente quando analisamos o processo de criação das cidades ribeirinhas, pois estas ficam praticamente umas em frente às outras[...]” (COLVERO, 2012, p.70).

“Itaquy” estava em pleno desenvolvimento econômico, com um fluxo intenso de embarcações e com o comércio prosperando, em 1858 a freguesia consegue se emancipar e ganhar o título de vila, na época Itaquy possuía “5000 habitantes e mais de cinquenta lojas de comércio” (COLVERO, 2012, p. 74).

Com as doações das sesmarias, e o desenvolvimento comercial a cidade de Itaquy foi crescendo, com as fazendas e estâncias e o comércio lícito e ilícito através do rio Uruguai. Aos poucos se formam os bairros em torno no centro comercial de Itaquy.

Em relação a São Borja, inicialmente era uma Redução Jesuítica, e já tinha como de costume a criação do gado, a partir da conquista portuguesa, o processo de povoamento não ocorreu diferente em relação a Itaquy e Uruguaiana. Segundo Flores (1989, p. 56) “foi providenciada a distribuição de sesmarias entre os principais líderes que comandaram a conquista sobre as missões”, novamente com a concessão de terras, se estabelece as estâncias. Flores (1989, p. 68-69) ainda ressalta que em 1824 São Borja recebeu um centro de contabilidade para fiscalizar trimestralmente as contas prestadas pela administração que não estava conseguindo solução para o mesmo problema já presente na fronteira oeste, o contrabando, “esses administradores ficariam responsáveis também, em armazenar a produção que fosse passível de exportação pelo rio Uruguai, meio natural de melhor acesso aos portos”, somente quando São Borja recebeu esse controle administrativo é que passou-se a ser mais valorizado o modo de economia portuário.

Cabe registrar que Império brasileiro tinha interesse em incentivar o comércio através da região do prata, Medrano (1989) destaca que a partir de 1851 foi assinado um

tratado com o Estado Oriental que previa a exportação livre do gado uruguaio para o Rio Grande do Sul e a abertura da navegação do rio Uruguai, incentivando a circulação de mercadorias dos portos platinos. E de acordo com Colvero em 1856 foi assinado um tratado com a Argentina, denominado de “Tratado de Amizade, Comércio e Navegação”:

No tratado de 1856 estavam contidas algumas referências à comercialização e à livre navegação nos rios Uruguai, Paraguai e Uruguai, tanto para embarcações brasileiras quanto para argentinas, com sujeição apenas aos devidos regulamentos fiscais e políticos. O rio Uruguai, pelo que se depreende, nem entrava nas discussões sobre limites, pois era já o divisor natural de dois territórios que antes faziam parte de um espaço, já dividido pelas diferentes formas de povoação (COLVERO, 2004, p. 49-50).

Desde então o rio Uruguai, liberado para a navegação e comércio internacional se tornou um dos meios mais prósperos de desenvolvimento econômico para a região platina. O “governo imperial brasileiro objetivou levar aos mercados do prata e atrair por esta via o comércio dos produtos ultramar à província” (MEDRANO, 1989, p. 223), ficando os portos de São Borja, Itaqui e Uruguaiana responsáveis por essa navegação.

Nesta época, São Borja, Itaqui e Uruguaiana já estavam em pleno desenvolvimento urbano, aumentando a sua população, e o progresso econômico, o município de Itaqui já tinha havia recebido uma mesa de rendas, sendo entre as três cidades o maior exportador da erva mate, e Uruguaiana tinha o porto de maior movimento (COLVERO, 2004; MEDRANO 1989). A partir da segunda metade do século XIX os três municípios adquiriam suma importância e representatividade para a movimentação econômica do interior gaúcho, sendo canalizado todo o fluxo de comercialização para essa região (MEDRANO, 1989).

No ano de 1865 o Brasil enfrentou a Guerra do Paraguai, que trouxe muitas perdas e novamente ficando a fronteira exposta, São Borja, Itaqui e Uruguaiana enfrentaram a invasão paraguaia e com isso houve a desestabilização da ordem econômica:

A partir do final do ano de 1864, a população da vila de Uruguaiana começou a se alarmar com as investidas paraguaias realizadas ao longo da costa do Rio Grande do Sul e também do lado argentino. De 26 de julho até o 13 de outubro de 1865, não houve registro algum nos livros de correspondências da Câmara Municipal, que, no dia 5 de agosto, foi invadida pelas hordas paraguaias que vinham de São Borja, permanecendo sob seu domínio até 20 de setembro, quando foi retomada pelas tropas da Tríplice Aliança, com a presença do imperador dom Pedro II (COLVERO, 2004, p. 163).

A guerra em si intensificou o contrabando que já era uma prática ligada aos portos da região, “desprotegida de qualquer fiscalização, tendo sobre si somente os olhos e as armas dos inimigos e, especialmente, dos aliados que ali se encontravam efetivando conchavos” (COLVERO, 2004, p. 165). Ainda, a Guerra do Paraguai impulsionou a exportação brasileira para o prata “de couros, alimentos, e no fornecimento de erva-mate, como decorrência direta da ausência das ervas paraguaias” (MEDRANO, 1989, p. 210). Isso indica que mesmo com a guerra a movimentação econômica através do rio Uruguai não cessou. A exportação e importação através do rio Uruguai permaneceu como principal meio de movimentação econômica até o final do século XIX⁸.

Temos então uma região de fronteira que adquiriu características específicas, uma sociedade construída e marcada pela zona complexa que foi a região do prata. Entre os conflitos e os ganhos que resultou a história da geopolítica do Brasil com os países vizinhos, que aqui em tese, os municípios de São Borja, Itaqui e Uruguaiana, tinham em sua formação, uma elite constituída inicialmente por militares detentores de terra, e latifundiários, além de uma economia de importação e exportação próspera através do rio Uruguai, que atribuiu a essa região o desenvolvimento local, e atrelado a isso o contrabando.

A Revolução Federalista

A chamada Revolução Federalista (1893-1895) foi uma guerra civil no Estado do Rio Grande do Sul, originizada pela divergência política, durante o período inicial da República. O conflito se deu devido a incidência de dois partidos, o Partido Republicano Rio-Grande com o seu líder Júlio de Castilhos e o Partido Federalista com a liderança de Gaspar Silveira Martins.

O federalismo no Rio Grande do Sul não surgiu na Revolução de 93, o mesmo já estava presente na política do Estado desde o início do século XIX. O anseio federalista no Estado era o resultado da insatisfação política em relação ao centralismo político e econômico do Brasil, que gerava tanto na província Rio-grandense, quanto nas demais regiões do país. Segundo Pesavento (1980), dentro deste contexto, atrelado a diversos outros motivos como, a formação de uma elite latifundiária que na época,

⁸ A exemplo a tabela que Medrano apresenta na página 217, da alfândega de Uruguaiana através da documentação que a autora analisou da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, onde os dados são apresentados até 1850 a 1889.

durante a primeira metade do século, tinha sua principal fonte de economia a produção de charque era descontente com a política centralizadora do país. Além disto, Fujii (2015) destaca essa elite possuía relações estreitas com os países vizinhos, ao qual não pode deixar de se influenciar pela troca de interesses em que poderia se beneficiar. Essa relação⁹, fortaleceu os ideais separatistas e contribuiu para acontecer a Revolução Farroupilha (185-1845)¹⁰.

Esse fato já demonstra a importância das relações fronteiriças e do caráter político que o Estado tinha. Já na segunda metade do século temos a formação dos partidos que protagonizaram a Revolução Federalista, o Republicano Rio-Grandense surgiu na década de 80, de acordo com Piccolo (2003), os republicanos ganharam força após o Manifesto Republicano no Rio de Janeiro de 1870, que requeria maior autonomia e independência das províncias. A partir de um trabalho articulado e organizado em formação de clubes e instrumentos propagandísticos o PRR consegue uma forte representação nas câmaras locais da província:

Na convenção de 1882 foi definido que as candidaturas republicanas seriam escolhidas em prévias organizadas pela circunscrição em que ocorreriam as eleições [...] assim, a estratégia operacionalizada pelos clubes significou uma disciplinarização do eleitorado republicano importante para evitar a dispersão dos votos. Foi dessa maneira que o Partido Republicano Rio-Grandense conseguiu eleger vereadores em diversas cidades e ter Assis Brasil como representante para a Assembleia Provincial em 1885 e 1887, ou seja, apenas três anos após a sua fundação (PACHECO, 2006, p. 147).

Já o Partido Federalista Brasileiro, surgiu como sucessor Partido Liberal, que já trazia consigo ideais federalistas e fazia oposição anteriormente ao Partido Conservador. De acordo com Pesavento (1980), o Partido Liberal ganhou força se elegendo em 1872 para a assembleia local, entretanto, mesmo conquistando o apoio local, ainda lidavam com a oposição do presidente da província que era conservador. Além de que, na década

⁹ Reichel e Bandieri (2011) destacam alguns dados dessa interação que supera as fronteiras territoriais, como o envolvimento de criadores de gado e políticos do RS no solo uruguaio, bem como, a própria Revolução Farroupilha onde a circulação de ideias republicanas e federalistas tinham origem nos rios do prata, além de 70% dos criadores de gado do norte uruguaio que eram de nacionalidade brasileira.

¹⁰ Fujii (2015), ao estabelecer as relações dos Estados do prata com o Império do Brasil durante a Revolução Farroupilha destaca os laços internos dos Rio-grandenses com seus fronteiriços: “Muitos chefes militares rio-grandenses, por exemplo, haviam participado das campanhas militares luso-brasileiras na Banda Oriental desde 1811 e tinham interesses concretos no Uruguai. Era o caso de Bento Gonçalves, principal líder do movimento farroupilha, que não só era proprietário de estâncias e grandes rebanhos de gado no Uruguai, como também mantinha vínculos políticos e pessoais com o caudilho oriental Juan Antonio Lavalleja. 15 Da mesma forma, Bento Manuel Ribeiro, militar e caudilho rio-grandense (embora fosse paulista de nascimento), mantinha estreitas relações com o presidente uruguaio Fructuoso Rivera (1830-1834), tendo o protegido quando ele fugiu para terras rio-grandenses durante a Guerra da Cisplatina. Tais ligações com o Estado Oriental acarretaram suspeitas do governo imperial antes mesmo da eclosão da Farroupilha, quando Bento Gonçalves e Bento Manuel foram acusados de planejar a separação de São Pedro do Rio Grande do Sul do Império e uni-la ao Uruguai por meio de laços federativos” (FUJII, 2015, p. 456-457).

de 60 o Rio Grande do Sul teve que enfrentar a Guerra do Paraguai, o Império então toma medidas que deixaram o Estado em desvantagem política, o deixando em “estado de guerra” como afirma Carneiro (2006)¹¹. Essas medidas do governo provocaram a vitória massiva do Partido Conservador, visto que os liberais se encontravam envolvidos com a guerra. No entanto, a hegemonia do Partido Conservador não durou até a próxima eleição, quando o Partido Liberal novamente assume a liderança da Assembleia, com a figura principal de Gaspar Silveira Martins (CARNEIRO, 2006).

Gaspar Silveira Martins assumiu a presidência da província em 1889, embora, para Pesavento (1980), sendo o Partido Liberal ainda predominante na política Estadual, uma grande parcela da sociedade era descontente com a atuação do Partido Liberal frente a união, sendo considerado incapaz de resolver as “aflições” que o Estado tinha.

Júlio de Castilhos nesta fase, fazia intensas críticas ao governo de Gaspar Silveira Martins através do jornal A Federação. Além de se aliado ao movimento militar de novembro de 1889, tornando o Estado do Rio Grande do Sul um importante agente para a efetivação do Advento da República (Pacheco, 2006).

Na esfera nacional, Pesavento (1980) salienta que o capitalismo cada vez mais se internalizava na sociedade, acontecendo modificações nos moldes econômicos. Neste novo contexto tinha-se o acúmulo de capital, novas relações assalariadas, urbanização, industrialização, novos portos, criação de bancos, seguros e serviços públicos, etc. E para a autora, junto com essas transformações nas formas de produção e desenvolvimento econômico, tem-se o surgimento de novos grupos sociais, uma nova burguesia agrária e cafeeira, o desenvolvimento de uma classe média, e o exército que passa a ampliar suas aspirações na participação política. A Monarquia já balançada, cai com um golpe militar em 1889, ficando o controle político do país sob dominação da burguesia agrária paulista.

Após a República o PRR assume o poder máximo do Estado sendo formado por “alas mais jovens do Partido Liberal”, tinha a participação de latifundiários, do colonato Italiano e comerciantes, contava com uma união vantajosa com o exército e era fundamentado na ideologia positivista¹². Defendiam o desenvolvimento da produção, o

¹¹ Dentre essas medidas o autor destaca o recrutamento maciço de homens rio grandenses, “suspensão das eleições regionais, o que deixou o Rio Grande do Sul sem representação na Câmara dos Deputados e levou a suspensão dos trabalhos da Assembleia Legislativa Provincial” (CARNEIRO, 2006, p. 134).

¹² A ideologia positivista era “progressista, conservadora, ou seja, pretendia conciliar o progresso econômico com a conservação da ordem social” (PESAVENTO, 1980, p. 46).

favorecimento de acúmulo privado de capital, e queriam um progresso harmônico das atividades econômicas. (PESAVENTO, 1980, p. 45).

Julio de Castilhos “ideológico e estadista máximo deste período inicial de implantação da República foi praticamente o único autor da Constituição Estadual de 14 de Julho de 1891” (PESAVENTO, 1980, p. 57), nesta constituição previa-se, de acordo com a autora: legislativo estadual com poderes limitados, executivo forte legislando sob decretos, e o vice presidente que deveria ser nomeado pelo presidente, atrelado isso, ao voto a descoberto que “permitia que praticamente um presidente de estado pudesse permanecer muitos anos no governo” (Ibid., p. 57). A intenção real por trás da Constituição elaborada por Castilhos era enfraquecer a possibilidade de a oposição obter o poder, como evidencia-se na seguinte passagem:

A preocupação dominante em Castilhos seria, pois, a de sufocar os ímpetus da coligação opositora, ao mesmo passo em que dava aos positivistas ortodoxos que o hostilizavam a demonstração de que seria capaz de levar à prática um regime de orientação comtista (FRANCO, 1993, p. 25).

A tensão na década de 90 do século XIX era intensa não só no Rio Grande do Sul, conforme Franco (1993, p. 30), o governo de Deodoro enfrentava forte oposição e devido à queda do poder aquisitivo da moeda e do câmbio já estava impopular, foi deposto “por um golpe de estado em 3 de novembro”. A atitude dúplce de Castilhos em reprovar a dissolução do Congresso silenciosamente, mas publicamente demonstrar apoio a Deodoro “abriu caminho e ofereceu pretexto forte à sua derrubada” (Ibid.). Logo as guarnições de diversas cidades rebelaram-se contra Castilhos:

[...]Quarai, sublevaram-se já em 7 de novembro, unindo-se a grupos civis em suas manifestações. A 12 de novembro, quando comícios populares derivam para a sedição contra Castilhos na capital do Estado, as guarnições de Bagé, Rio Grande, Quarai e Uruguaiana já estavam mobilizados contra o golpe de estado de Deodoro e indiretamente contra Castilhos. Outras como as de Alegrete e São Gabriel se inclinavam no mesmo rumo. Livramento foi tomada por grupos rebeldes. Em conexão com uma questão eleitoral, houve um movimento sedioso em Viamão, às portas da Capital. E embora Castilhos contasse com a solidariedade de alguns batalhões do Exército, não se manteria no poder sem um choque sangrento e de difícil prognóstico (Ibid., p. 31-32).

Então, em novembro de 1891, a oposição gaúcha que era liderada por Joca Tavares depôs Júlio de Castilhos, anulando a constituição, e sendo instalado o período conhecido como “Governicho”. Já em 1892 o PRR junto ao exército retoma o poder e Castilhos novamente assume a liderança (PESAVENTO, 1980).

O ex-liberais rearticulam-se com o líder Gaspar Silveira Martins formando no mesmo o Partido Federalista Brasileiro, fazendo oposição a Castilhos em nível local e

federal, juntaram-se ao movimento da marinha na “revolta da armada” que eram inconformados com a República. Já o PRR fez união com Floriano e permaneceu com o apoio do exército. A partir daí, Castilhos inicia uma perseguição incessante aos seus opositores, “a fase que se segue ao golpe é de verdadeiro descabro. Perseguições, prisões e assassinatos foram os métodos usados pelos castilhistas em uma verdadeira estratégia de aniquilação do inimigo” (RECKZIEGEL, 2007, p.118). Esses que não tiveram alternativa a não ser se exilar além da fronteira, no Uruguai e Argentina, passaram a organizar a revolução no exterior¹³.

[...] os líderes federalistas faziam constantes encontros preparatórios para a insurreição. A casa de Gaspar Silveira Martins, em Melo, transformou-se no quartel-general dos revolucionários, cujas reuniões estendiam-se noite adentro, tratando da obtenção de armamento e de contribuições pecuniárias com fazendeiros da região. Disso resultou que, junto aos estancieiros da fronteira, foi conseguido montante significativo para os recursos de guerra, como as doações vindas de Rivera, Salto e San José” (RECKZIEGEL, 2015, p. 182).

Isso posto, é necessário conduzir a análise para o que a fronteira do Rio Grande do Sul com a Argentina e principalmente com o Uruguai representava naquele contexto, Reckziegel (2016) abordou as relações internacionais que essa guerra desencadeou em uma região onde já existia um espaço regional fronteiriço compartilhado, tornando o exílio no exterior fator determinante para a guerra.

Do ponto de vista dos federalistas, portanto, a noção de fronteira como um elemento separador aparece bastante tênue, ressaltando-se muito mais a ideia de uma zona comum, uma área compartilhada, na qual a dimensão de inter-regionalidade sobrepõe-se ao fenômeno da internacionalidade (RECKZIEGEL, 2016, p. 120).

De acordo com Reckziegel (2016, p. 121), as relações diplomáticas entre o governo brasileiro e uruguaio sofreram com a tensão gerada pela força do regionalismo, em que exigia-se por parte do Rio Grande do Sul a neutralidade do Uruguai, e esses em contraponto, “pediam satisfações sobre a violação de seu território pelas forças castilhanistas que, segundo eles, o adentravam em perseguição aos federalistas”.

A fronteira então representava o perigo constante para o governo castilhanista, que fazia “o possível para guarnecer a fronteira, enviando batalhões de soldados para tentar impedir a constante passagem dos federalistas de um lado ao outro” (RECKZIEGEL, 2016, p. 121).

O conflito teve fim somente em 1895, quando os federalistas depuseram armas com a promessa de proibição de reeleição sucessiva do presidente do Estado, o que

¹³ Costa (2009, p.7), evidencia que os exilados no Uruguai e no litoral argentino era extenso em torno de 15 a 20 mil pessoas que passaram a articular a Revolução.

sabemos que não aconteceu, com a República consolidada o PRR passou a ocupar os principais cargos políticos até a década de 1930 (PESAVENTO, 1980).

O conflito diplomático entre o Estado e o Uruguai durante a Revolução traduz o quanto o regionalismo se impõe em relação ao nacionalismo, e também demonstra o quanto uma região possui caráter político próprio, neste caso, ainda tem-se a fronteira como objeto que intensifica essa diferenciação, o autor Tau Golin (2002), reforça essa premissa ao dizer que na relação entre fronteira, região e nação, a região precede a nação.

Desta forma, torna-se importante levantar a questão sobre como ocorreu esse processo histórico na fronteira do RS com a Argentina, mais precisamente a região da fronteira oeste do Estado, os municípios de São Borja, Itaqui e Uruguaiana, uma região que possuiu um importante papel estratégico econômico e de geopolítica durante o século XIX. Na sequência iremos discorrer sobre como foi a Revolução Federalista nessa região, através da análise dos telegramas que o município de Itaqui recebia entre 1892 a 1895, onde foi possível identificar as articulações para proteção dessa região perante as forças federalistas.

Revolução Federalista e a Fronteira Oeste

Como podemos perceber a influência platina na Revolução Farroupilha, não foi a única vez em que os conflitos internos do Rio Grande do Sul estiveram ligados ao contexto histórico político da Argentina e Uruguai. Costa (2009), em seu artigo sobre o contexto histórico-político platino elucida as relações do grupo de oposição liderado por Gaspar Silveira Martins com estes estados, como o autor sugere, as condições políticas, geofísicas e hidrografia da região platina favoreceram as relações de apoio dos liberais-federalistas para a concretização da revolução em 1893:

Os revolucionários federalistas buscaram armas em diversas ocasiões na região da tríplice fronteira (Brasil/Uruguia/Argentina), local que, pelas características geofísicas e pelo sistema hidrográfico, permitia movimentação de armamentos, o que também é um indício da aproximação dos dois grupos e do apoio mútuo. Os diários da Revolução de Francisco da Silva Tavares e de Joca Tavares apontam uma série de possibilidades dessas ligações. Em diversos momentos no segundo semestre de 1892 e primeiro semestre de 1893, Gaspar Silveira Martins esteve em Buenos Aires a fim de adquirir armamentos e munição para a Revolução (TAVARES, 2004, Tomo II.). Líderes da metade norte do estado, como Dinarte Dornes, da região das Missões, prepararam-se e esperaram as ordens na região de Misiones, norte da província de Corrientes. Na cidade San Tomé, o líder liberal-federalista missioneiro preparou suas tropas, contando com apoio de muitos dos revolucionários argentinos. (TAVARES, Tomo I, 2004: 46) (COSTA, 2009, p. 11)

Ainda, Costa (2013), em sua tese de doutorado discorre sobre a ligação do município de São Borja com a cidade de Santo Tomé na Argentina, durante o século XIX, em especial as ligações transfronteiriças dos grupos liberais-federalistas durante a Revolução Federalista. O autor ao fazer uma análise detalhada dessas relações relata que São Borja tinha uma forte representação política, sendo já existente na década de 80 o PRR na cidade. Podemos citar alguns nomes que tiveram destaque durante a revolução na região da fronteira, como Aparício Mariense já eleito vereador em 1882 pelo partido. Existiram duas famílias em destaque no município de São Borja que tiveram representatividade no período da revolução, a família Trois, e família Dornelles:

Com a proclamação da república Júlio Garcia Trois que já era conselheiro e presidente da Câmara assumiu a intendência, tornou-se o homem de confiança de Julio de Castilhos. Durante o chamado Governicho seu irmão Emilio Garcia Trois assumiu a junta governativa no município. A família Trois estava envolvida em diversas atividades comerciais e seus negócios foram favorecidos pela ascensão política de Julio Garcia Trois a partir de então tornaram-se os principais fornecedores de produtos para o município. Suas casas de negócio tinham atuação em São Borja e em Corrientes (COSTA, 2013, p. 196).

Sobre a família Dornelles, o autor discorre:

Dinarte Francisco Dornelles e seu irmão Modesto Francisco Dornelles ligados aos liberais-federalistas se mantiveram na oposição. Dinarte Francisco Dornelles pertencia a família tradicional do município. Envolvidos a muito tempo na produção pecuária e em outros negócios, sua família estava entre os principais criadores de gado da região. Em 1883 aparecia como 4^a juiz de paz do 1^o distrito⁴⁵⁴. Em 1887 foi eleito novamente para juiz de paz do 1^a distrito sendo o segundo mais votado, 58 votos, o primeiro colocado conseguiu 59 votos, o vereador mais votado teve 57 votos, além dele também receberam votos seus parentes como Maciel Pereira Dornelles que obteve 11 votos sendo o segundo juiz de paz do 2^a distrito. Isto mostra que Dinarte Dornelles tinha importante peso político no município e optava em ser juiz de paz. Seu irmão Modesto Francisco Dornelles havia nascido em 1851 e ele havia nascido em 1850 ambos eram filhos de Serafim Francisco Dorneles. (COSTA, 2013, p. 196).

Quando Júlio de Castilhos foi deposto, em São Borja a tensão da dualidade política foi forte, os republicanos dentre eles líderes como Aparício Mariense e Julio Garcia Trois, e outros castilhanistas foram destituídos de seus cargos e tiveram que se exilar em Corrientes. A câmara foi dissolvida e o brigadeiro Francisco Antonio Martins¹⁴ assumiu a presidência da junta governativa. (COSTA, 2013, p. 198. *Apud*, O'Donnel, 1987).

Quando Júlio de Castilhos retoma seu cargo no Estado, os castilhanistas retornam a São Borja “e os membros do governicho e os liberais-federalistas, já

¹⁴ Além de Francisco, outros representantes do governicho eram “José Aquino dos Santos, Emilio Garcia Trois, José Gonçalves de Freitas, e Vicente Gaudioso” (COSTA, 2013, p. 199).

organizados em partido, migram para Corrientes e outras fronteiras no exterior se preparavam para a revolta” (COSTA, 2013, p. 199).

Através dos telegramas enviados para Itaqui, remetidos de São Borja e Uruguaiana durante a guerra, podemos perceber como esses três municípios se organizaram para a sua defesa, levando em consideração os aspectos geográfico e geopolítico em que estavam inseridos.

Reverbel (1985, p. 77) salienta que os republicanos dividiram as suas forças em duas “a Divisão do Norte, organizada e dividida por Pinheiro Machado, sob comando militar do general Francisco Rodrigues Lima, e a Divisão do Oeste, comandada por General Hipólito Ribeiro”, para o autor essas divisões foram as colunas que mais atuaram durante o ano de 1893.

De acordo com Franco (1993) os conflitos em sua maioria foram ditados pelos revolucionários, sendo a primeira invasão no mês de fevereiro de 1893, em Bagé, mas não conseguiram vencer as “forças legais¹⁵”. Não obtendo sucesso nesta região, as forças federais marcharam rumo a fronteira oeste, com o principal objetivo de reforço de armamento. Costa (2013) relata que o município de São Borja enfrentou sua primeira invasão no mesmo mês.

O primeiro registro de comunicação entre os municípios da fronteira oeste referente a revolução foi no dia 14 de março, um telegrama de São Borja remetente com nomeação de Cel. Vargas, direcionado ao Intendente do município, alertava que sessenta regentes iriam mover-se para esta região com a intenção de “fracionar as forças legais”. No dia 19 do mesmo mês, Itaqui recebeu um telegrama de Uruguaiana com remetente denominado Olympio, também direcionado ao Intendente do município, onde era avisado sobre uma invasão a Alegrete e que também estariam prestes a serem atacados.

Já no dia 21 de março, um telegrama de São Borja com o remetente de Manuel N. Marques, coronel da Guarnição da Fronteira, avisa que os opositores estariam próximos ao Rio Ibicuí, e que estariam marchando em direção ao município para dar apoio. Já no dia 25 do mesmo mês, o mesmo coronel da Guarnição da Fronteira de São Borja solicita uma troca de munição que estaria a caminho para Itaqui fosse enviada para eles, e orienta para que Itaqui pedisse a Uruguaiana a munição.

¹⁵ O termo aparece nos telegramas e em algumas referências fazendo menção ao exército que era subordinado do Estado.

No dia 27 do mesmo mês a guarnição da fronteira em São Borja envia um telegrama solicitando que em Itaqui também fosse passada a informação a Uruguaiana “hoje devem chegar 800 homens aqui semos 400. Tencionamos marchar adiante [...] batalhão seguir Mariano Pinto, levando mais duas peças campanha de Itaqui” após, é solicitado confirmação para esses grupos marcharem, além de solicitação de informação sobre Alegrete e general Hipólito. Outro telegrama enviado de São Borja no dia 27 de março atualiza de forma detalhada os últimos acontecimentos:

Telles retrocedeo Bagé foi sitiada Tavares cidade defendida. Livramento muito forte, forças governo farão derrotadas entre Rio Negro, Santa Rosa, estrada de ferro pelo coronel Mossar 28º batalhão infantaria; federais perderão mais cem homens, governistas 3 mortos 4 feridos. General Hippolito que seguia estrada Alegrete, teve ordem seguir, não atacando aquela cidade [...] Ministro Guerra recomenda guardar forte entre Uruguaiana e Quaray, estrada ferro liga estas duas cidades. Munição ssinchester, temos de infantaria calibre H4, serve? (TELEGRAMAS DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA (1892-1895). Arquivo da Prefeitura Municipal de Itaqui.)

No dia 24 de abril Itaqui recebe um telegrama de São Borja, enviado pelo general Hipólito Ribeiro avisando que as forças inimigas estavam tomando direção de Alegrete ou Santana do Livramento, e que estariam seguindo para a região, ainda, avisa que não havia embarcação, nem armamento e mesmo que se houvesse, seria impossível leva-los até o Ibicuí.

Segundo Franco (1993) no dia 3 de maio os federais perderam o que seria a primeira batalha no passo do Inhanduí, e em uma segunda tentativa em julho novamente falha e são forçados a mover-se para o norte do estado estabelecendo uma força ofensiva sobre Santa Catarina e Paraná. Durante este período não houve comunicação referente a revolta entre os três municípios, Itaqui, São Borja e Uruguaiana.

Somente em 29 de agosto Aparício Mariense¹⁶ da guarnição da fronteira de São Borja envia um telegrama solicitando com urgência armamento, como destaca-se o trecho “já seguio lancha trazendo armamento? Minha escolta está a espera Buthuhy”. No dia 21 de dezembro, São Borja envia novamente dois telegramas, um solicitando munição “se conseguir lancha guerra, trazer munição até ilha quadrada temos escolher receber com segurança”. E o outro telegrama sem informação de remetente, informando de uma derrota dos federalistas “[...] federais interraram mortos mato, inúmeros feridos mandarem Corrientes, procurando encobrir verdade.”

¹⁶ Aparício Mariense foi um importante político local, se destacou desde a década de 80 na política de São Borja, era republicano, “em 1882 Aparício Mariense foi eleito vereador pelo partido e começou sua campanha contra a monarquia dentro da Câmara de Vereadores” (COSTA, 2013, p. 192).

Aqui temos o principal aspecto que precisamos elucidar neste ensaio sobre os três municípios durante a revolução, o uso do Rio Uruguai e seus desmembramentos para auxílio tanto de munição quanto de pessoas. Como podemos perceber na figura abaixo a “ilha quadrada”, mencionada como ponto de segurança para deslocamento de munição, é um pequeno monte no rio entre Itaqui e São Borja, logo, fazer este deslocamento pelo rio era o meio mais rápido, fácil e seguro para ambas cidades, uma vez que, precisariam se deslocar apenas até um trecho do trajeto.



Figura 1: mapa identificando a Ilha Quadrada entre Itaqui e São Borja.

No dia posterior, novamente São Borja envia dois telegramas com remetente denominado Promotor Continho, destinados para o Intendente de Itaqui passando a informação que os federais estariam passando pelo rio Santa Luzia¹⁷, e que as suas forças estariam infelizmente a seis léguas distante, sem poder fornecer ajuda. Segundo Franco (1993), no dia 25 de setembro o município de Itaqui ocupado pelas forças de Aparício Saraiva e Torquedo Severo, e no dia 27 Quarai também foi tomada pelos rebeldes.

¹⁷ Santa Luzia é uma sub-bacia do Rio Uruguai, localizada nas delimitações do município de São Borja

Segundo Costa (2013), São Borja é novamente invadida nos dias 10 e 16 de novembro, a invasão do 10 foi comandada por Prestes Guimarães que aproveitou o momento em que a fronteira estava desguarnecida, e no dia 16 quem estava à frente era Dinarte Francisco Dornelles¹⁸, e após a invasão, se retiraram para Corrientes.

Itaqui e São Borja retornam a se comunicar somente no dia 23 de dezembro de 1893, novamente o Promotor Continho envia um telegrama com informações para Itaqui, no qual o governo argentino havia ordenado evacuar do país os federais que haviam emigrado da revolução, onde teriam até o dia 25 para sair, e, portanto, deveriam se preparar, e com urgência fornecer munição “pela água” para São Borja.

No ano de 1894 a revolução ficou ainda mais intensa na região da fronteira, em janeiro nos dias dois e quatro, Itaqui recebeu dois telegramas de Uruguaiana sendo ambos o remetente o delegado da polícia, o primeiro passava a informação que Aparício Rillo havia sido preso pelos federais, e que os mesmos pretendiam atacar este município, o segundo telegrama já informava que grupos vindos de Corrientes estavam a invadir, e que Aparício Rillo havia sido solto. No mesmo dia, Manoel dos Santos da Guarnição da Fronteira de São Borja também envia um telegrama para Itaqui avisando sobre uma possível invasão. No dia cinco o delegado da polícia de Uruguaiana novamente envia um telegrama para Itaqui, sobre a ameaça de invasão em São Borja “em vista telegrama chefe Flotilha, segue federação afim de levar força S. Borja, previna Major força pronta as 3 horas da manhã que federação ahí chegara [...]”. O que realmente aconteceu, Costa (2013) destaca que, São Borja foi invadida no dia 3 de janeiro, a maioria das forças legais estavam em Bagé e Dinarte Francisco Dornelles tomou a cidade. Ainda, segundo o autor em fevereiro outro grupo rebelde atacou novamente o município.

No mês de março Itaqui recebeu dois telegramas do delegado da polícia de Uruguaiana, o primeiro enviado no dia 14, informa que os federais estavam depondo as armas “abandonando navios e posições. Chefes refugiados estrangeiro. Esquadra legal dentro da Bahia. Viva a Republica!”. O segundo, enviado no dia 17 informa que os

¹⁸ Sobre a representatividade que Dinarte tinha em São Borja, Costa ressalta: “a legitimidade política de Dinarte Francisco Dornelles foi construída ao longo de sua trajetória em São Francisco de Borja no século XIX nos vários cargos que disputou e ocupou na administração da vila ou na justiça, sua atividade junto a guarda nacional também contribuiu para construção de seu capital político. No contexto de transição do Império para a República Dinarte Francisco Dornelles ocupou o lugar de mediador entre uma fração da elite política da comunidade e os poderes regional e nacional, representou a nível local o grupo liberal-federalista e incorporou em suas forças outros grupos descontentes. No início da República sobreviviam na região das Missões traços do mandonismo local. Dinarte Francisco Dornelles emergiu nesta conjuntura como um caudilho-coronel” (COSTA, 2013, p. 197).

federais estariam passando no Passo do Silvestre e Ibicuí, avisando-os para ficarem alerta. No mês seguinte de acordo com Costa (2009) o município de Itaqui foi atacado durante três horas e São Borja é novamente ocupada pelos revolucionários.

Em 31 de janeiro de 1895 São Borja envia um telegrama para Itaqui informando que estariam explorando a costa até Santana, e que os inimigos estariam em torno de 400 pessoas, estariam aproximadamente entre os rios Icamaquã e Piratinim arrebanhando gados.

As sub-bacias do rio Uruguai tiveram um desfecho crucial para o desenvolvimento dos acontecimentos da revolução na fronteira do Rio Grande do Sul, além da imigração dos federalistas para a Argentina, facilitaram a movimentação tanto das forças federalistas, quanto das forças legais, devido a condição da geo-hidrografia desta região, como destacamos na figura abaixo.

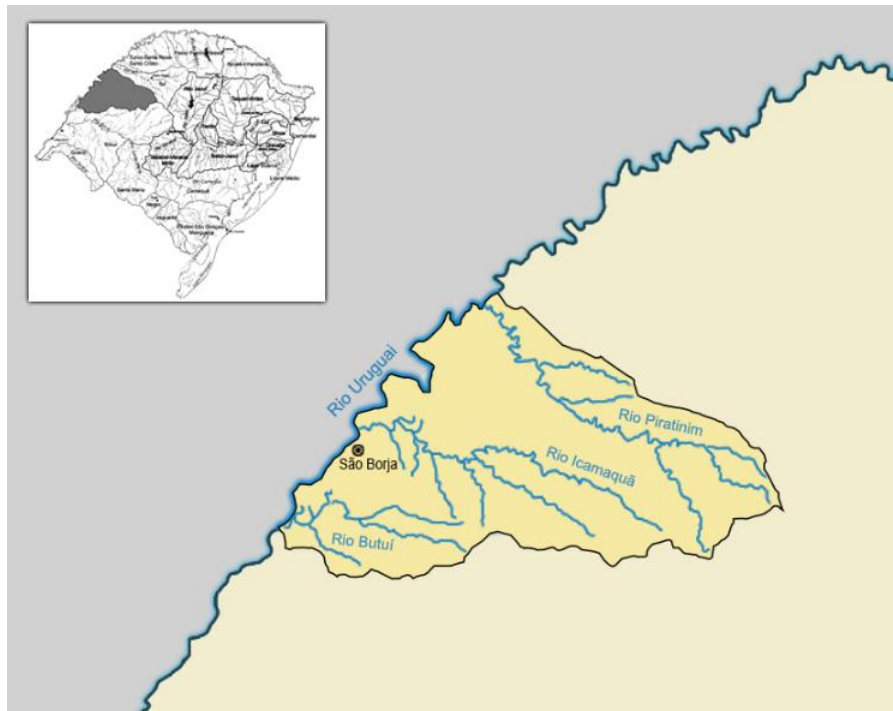


Figura 2: Bacias Hidrográficas e sub-bacias da região entre São Borja e Itaqui.

Em 27 de agosto do mesmo ano, Itaqui recebe um telegrama de Porto Alegre, ao qual atesta que foi assinado o protocolo de pacificação, e que os rebeldes teriam a anistia. Aos poucos as forças vão se dissolvendo e conflito chega ao fim.

Conclusão

Procuramos elencar como foi o processo da Revolução Federalista para a região da fronteira oeste do estado, os municípios de Itaqui, São Borja e Uruguaiana,

que por se situarem na fronteira com a Argentina, região conflituosa por ser lugar de exílio dos federalistas.

A pesquisa de Costa (2013) sobre as relações transfronteiriças entre São Borja e São Tome na Argentina demonstrou como era forte a dualidade política nesse município e principalmente as relações dessas lideranças com o exterior. Em relação a São Borja, ficou claro que a política era comandada pela elite econômica como ficou evidenciado pelas famílias citadas Trois e Dornelles. Demonstrando na realidade a elite fronteiriça que é formada por latifundiários, militares e donos de casas de negócios devido o contexto histórico que a região carrega.

É neste sentido que elencamos a comunicação de Itaqui, São Borja e Uruguaiana através dos telegramas que o município de Itaqui recebia. Podemos perceber que ambos municípios reagiram por vezes em conjunto, dividindo pessoas e armamento, além de transferência de informações precisas e importantes para as suas defesas. Sendo o rio Uruguai e as sub-bacias Butuí, Piratini, Icamaguã, Santa Luzia e o rio Ibicuí palcos da desenvoltura dos conflitos, ora como facilitador da fuga dos rebeldes, ora como caminho mais seguro e eficiente para as forças legais dos três municípios.

Conclui-se que a análise regional de um fato histórico de caráter maior, ou global possibilita uma visão mais completa e verossímil, trazendo, conforme os autores citados, a complementação da relação entre o macro e o micro. Em suma, as regiões como salienta Van Young (1987) são boas para pensar, pois ela busca destacar as singularidades de um recorte espacial a partir de uma problemática, assim a mesma não possui metodologias ou regras pré-definidas.

Referências:

ARQUIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUI. **Telegramas revolução federalista (1892-1895).**

ARRIOLA, Arturo Taracema. **Propuesta de Definición Histórica para Región.** Estudios de Historia Moderna y Contemporánea de México, n. 35, enero-junio 2008, p. 181-204.

BANDIERI, Susana. La Posibilidad Operativa de la Construcción Histórica Regional o cómo Contribuir a una Historia Nacional más complejizada. In.: FERNANDES, Sandra e DALLA CORTE, Gabriela (comp.). **Lugares para la historia.** Espacio, historia regional e historia local en los estudios contemporáneos. Rosario: UNR Editora, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998, p. 107-132.

CARBONARI, Maria Rosa. **De como explicar la región sin perder en el intento.**

Repasando y repensando la Historia Regional. Historia Unisinos. São Leopoldo, 2009, V. 13, n. 1, p. 19-34.

CARNEIRO, Nilton. **Dissidência política e partidos:** da crise da regência ao declínio do II reinado. In: Nelson Boeira; Tau Golin. (Org.). História Geral do Rio Grande do Sul. 1ed.porto alegre: UERGS/UPF, 2006, v. 2, p. 125-137.

COLVERO, R. B., ASSIS, Ataídes de Oliveira . **Itaqui nas Fronteiras Ibero-Americanas:** 1801-1889. São Borja: Faith, 2012.

COLVERO, Ronaldo B. SOARES, Luiz F. **Uruguaiana:** a estância como fronteira. Estudos Históricos. CDHRO. Nº3. Diciembre 2009. Disponível em: <http://www.estudioshistoricos.org/edicion_3/colvero-soares.pdf>. Acesso em: março de 2019.

COLVERO, Ronaldo B. **Negócios da Madrugada:** O comércio ilícito na fronteira do RS. Passo Fundo, Ed. UPF, 2004.

COSTA, Marcos Vinicius. **A Revolução Federalista (1893-1895):** o contexto Platino, as Redes, os Projetos e Discursos construídos pela Elite Liberal-Federalista. Revista História em Reflexão. Vol.3 Nº6 – UFGD – Dourados, Dez. 2009.

COSTA, Marcus Vinicius. **Nação, contrabando e alianças políticas na fronteira oeste do Rio Grande do Sul na segunda metade do século XIX :** relações transfronteiriças entre as comunidades de São Francisco de Borja e Santo Tomé / Marcus Vinicius da Costa. – Florianópolis, SC : UFSC, 2013. 285f.

FLORES, João Rodolfo A. **A Vila de São Borja (1834-1887) numa conjuntura de transição:** história socio-econômica e geopolítica. São Leopoldo, 1996. Dissertação de Mestrado. p. 193.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Guerra Civil de 1893.** Ed. UFRGS. 1993.

FUJII, William Zolinger. O Império do Brasil e os Estados do Rio da Prata diante da Farroupilha (1835 – 1845). **Temporalidades** – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 7 n. 2 (mai./ago. 2015)

MEDRANO, Lilia Ines Z. A livre navegação dos rios Paraná e Uruguai: uma análise do comércio entre o Império Brasileiro e a Argentina (1852-1889). Tese de doutorado. São Paulo, 1989.

MIÑO GRIJALVA, Manuel. **Existe la historia regional?** Historia Mexicana, vol. LI, n. 4, 2002, p. 867-897.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. **Conservadorismo na tradição liberal:** movimento republicano (1870-1889). In: PICOLLO, Helga Iracema Landgraf; PADOIN Maria Medianeira.. (Org.). Império (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul). Passo Fundo: Méritos, 2006, v. 2, p. 139-153.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. A questão do Federalismo no Rio Grande do Sul. In.: **Histórias regionais do cone Sul.** Org: Flávio M. Heinz e Ronaldo Herrlein Jr. – Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

PESAVENTO, Sandra. **História do Rio Grande do Sul.** POA, 1980.

REICHEL, Heloisa; BANDIERI, Susana. Redescobrimo as fronteiras: a sobrevivência das regiões no processo de construção estatal do Brasil e da Argentina. In: REGUERA, Andrea; HARRES, Marluza [Orgs.]. **Da Região à nação**. São Leopoldo: Oikos, 2011, p. 17-48.

RECKZIEGEL, Ana Luisa Setti. **A Diplomacia Marginal**: Vinculações políticas entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai (1893-1904) [Recurso Eletrônico]. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2015.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. **Rio Grande do Sul e Uruguai**: os bastidores da diplomacia marginal (1893-1897). Cadernos do CHDD. Centro de História e Documentação Diplomática (FUNAG), v. ano 6, p. 115-140, 2007.

REVERBEL, Carlos. **Maragatos e Pica-Paus**: Guerra civil e degola no Rio Grande. 2º ed. 1985.

SABORIT, Ignasi Terradas. La Historia de las Estructuras y la Historia de la Vida. Reflexiones sobre las Formas de Relacionar la Historia Local y la Historia General. In. FERNANDES, Sandra e DALLA CORTE, Gabriela. **Lugares para la História**: espacio, história regional e historia local em los estúdios contemporâneos. Rosario: UNR Editora, 2001.

VAN YOUNG, Eric. **Haciendo historia regional**: consideraciones metodológicas y teóricas. Anuário IEHS 2, 1987, p. 255-281.

VILLALBA, Epaminondas. **A Revolução Federalista no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. Edigal, 1897.